



Estratégia
Concursos

1º SIMULADO

TJ SC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR



Simulado Especial

Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-29-02-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**A família dos porquês**

A lógica costuma definir três modalidades distintas no uso do termo “porque”: o “porque” causal (“a jarra espatifou-se porque caiu ao chão”); o explicativo (“recusei o doce porque desejo emagrecer”); e o indicador de argumento (“volte logo, você sabe por quê”). O pensamento científico revelou-se uma arma inigualável quando se trata de identificar, expor e demolir os falsos porquês que povoam a imaginação humana desde os tempos imemoriais: as causas imaginárias dos acontecimentos, as pseudoexplicações de toda sorte e os argumentos falaciosos. Mas o preço de tudo isso foi uma progressiva clausura ou estreitamento do âmbito do que é legítimo indagar.

Imagine, por exemplo, o seguinte diálogo. Alguém sob o impacto da morte de uma pessoa especialmente querida está inconformado com a perda e exclama: “Eu não consigo entender, isso não podia ter acontecido, por que não eu? por que uma criatura tão jovem e cheia de vida morre assim?!”. Um médico solícito entreouve o desabafo no corredor do hospital e responde: “Sinto muito pela perda, mas eu examinei o caso da sua filha e posso dizer-lhe o que houve: ela padecia, ao que tudo indica, de uma má-formação vascular, e foi vítima da ruptura da artéria carótida interna que irriga o lobo temporal direito, onde se processa o discurso; ficamos surpresos que ela tenha sobrevivido por tantos anos sem que a moléstia se manifestasse”.

A explicação do médico, admita-se, é irretocável; mas seria essa a resposta ao “por quê” do pai inconsolável? Os porquês da ciência são por natureza rasos: mapas, registros e explicações cada vez mais precisas e minuciosas da superfície causal do que acontece. Eles excluem de antemão como ilegítimos os porquês que mais importam. O “porquê” da ciência médica nem sequer arranha o “por quê” do pai. Perguntar “por que os homens estão aqui na face da Terra”, afirma o biólogo francês Jacques Monod, é como perguntar “por que fulano e não beltrano ganhou na loteria”. No macrocosmo não menos que no microcosmo da vida, as mãos de ferro da necessidade brincam com o copo de dados do acaso por toda a eternidade. Mas, se tudo começa e termina em bioquímica, então por que — e para que — tanto sofrimento?

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 106)

01. Em síntese, depreende-se da leitura do primeiro parágrafo que

- a) a lógica não soube ainda dividir precisamente os possíveis “porquês” do raciocínio humano e expandiu a capacidade de questionar.
- b) não obstante o pensamento científico tenha sido empregado como instrumento para refutar justificativas equivocadas, limitou paulatinamente o escopo do que se considera legítimo perguntar.

c) a ciência acabou criando mais raciocínios equivocados em sua ambição de explicar tudo sem considerar os porquês mais importantes.

d) os falsos porquês que povoam a imaginação humana desde os tempos imemoriais foram todos extintos, à custa dos sentimentos.

e) a história humana prova que a ciência sempre foi mais uma fonte de pseudoexplicações mais produtiva que a religião.

02. No contexto em que foi empregado, o termo “argumentos falaciosos” (1º parágrafo) traduz uma ideia de

- a) raciocínios enganosos
- b) explicações científicas
- c) razões emocionais
- d) premissas válidas
- e) conclusões verossímeis

03. No segundo parágrafo,

- a) o autor exemplifica uma hipótese do “porquê” indicador de argumento.
- b) o médico apresenta um porquê logicamente plausível, mas que não atende à real indagação.
- c) a pergunta feita pelo pai e a resposta oferecida pelo médico se resolvem mutuamente.
- d) a extrema dor de perder uma pessoa querida torna o pai insensível à lógica.
- e) o autor exemplifica uma falsa ocorrência do “porquê” explicativo da ciência.

04. Com a pergunta final do texto, o autor insinua que

- a) não há de fato motivos razoáveis para o sofrimento na vida
- b) a eternidade é controlada pelos dados do acaso bioquímico
- c) a finalidade científica da vida é entender o sofrimento humano
- d) uma explicação científica para o sofrimento não é suficiente para lidar com ele
- e) tanto no macrocosmo quanto no microcosmo da vida, o sofrimento é injustificável

05. Na sentença “por que fulano e não beltrano ganhou na loteria” (3º parágrafo), houve uso adequado de um “porquê” previsto na norma culta. Assinale a alternativa em que isso não tenha ocorrido:

- a) Por que fulano ganhou?
- b) Fulano ganhou por quê?

- c) Não sei por que fulano ganhou.
- d) Fulano ganhou e não sei o porquê.
- e) Não porque fulano não ganhar.

06. “ foi vítima da ruptura da artéria carótida interna que irriga o lobo temporal direito, onde se processa o discurso” (2º parágrafo)

O segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- a) que
- b) o qual
- c) no qual
- d) em cujo
- e) aonde

07. A lógica costuma definir três modalidades distintas no uso do termo “porque” (1º parágrafo)

O segmento sublinhado acima exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) O pensamento científico revelou-se uma arma inigualável
- b) o preço de tudo isso foi uma progressiva clausura
- c) por que uma criatura tão jovem e cheia de vida morre assim?!
- d) foi vítima da ruptura da artéria carótida
- e) Um médico solícito entreouve o desabafo

08. “eu examinei o caso da sua filha” (2º parágrafo)

Transpondo-se para a voz passiva a frase acima, a forma verbal correspondente será

- a) foi examinada
- b) examina-se
- c) examinaram-se
- d) examinar-se-ia
- e) foi examinado

09. “ ficamos surpresos que ela tenha sobrevivido por tantos anos sem que a moléstia se manifestasse “(2º parágrafo)

O segmento acima ganha nova redação, sem prejuízo para sua clareza, sua correção e seu sentido básico, em:

- a) ficamos surpresos porque ela tenha sobrevivido por tantos anos sem doença se manifestasse
- b) nós nos surpreendemos por ela ter sobrevivido tantos anos sem a doença se manifestar
- c) era surpreendente que a doença não se manifestou e ela sobreviveu tantos anos

- d) a gente se surpreendeu muito e ela sobreviveu sem manifestação da doença
- e) a gente ficamos muito surpreendidos com a manifestação da doença tardiamente

10. A supressão da vírgula altera o sentido do seguinte segmento:

- a) mapas, registros e explicações cada vez mais precisas e minuciosas
- b) quando se trata de identificar, expor e demolir os falsos porquês
- c) Sinto muito pela perda, mas eu examinei o caso da sua filha
- d) irriga o lobo temporal direito, onde se processa o discurso
- e) No macrocosmo não menos que no microcosmo da vida, as mãos de ferro da necessidade brincam

11. Está gramaticalmente correta a redação do livre comentário que se encontra em:

- a) Nos períodos de grande avanço científico, descobriu-se inúmeras ferramentas científicas de investigação.
- b) Argumenta-se que a finalidade última da ciência deveria ser a de reduzir a incerteza sobre a vida.
- c) A ditadura científica, consolidada hoje acaba sufocando o direito de todos perguntarem o que importa.
- d) As verdades científicas absolutas opõe-se, malgrado questionável, a dúvida existencial.
- e) As falácias, tão comum também no discurso científico, aproximam ciência e fé cega.

12. Sinto muito pela perda, mas eu examinei o caso da sua filha e posso dizer-lhe o que houve (2º parágrafo)

Caso a frase acima seja transposta para o discurso indireto, os elementos sublinhados assumirão as seguintes formas:

- a) sentia; houvera.
- b) sentiu; tinha havido
- c) sentira; houvera
- d) sentiria; houvesse
- e) sentirá; haverá

O MÉDICO DISSE QUE **sentia** muito pela perda, mas **examinara** o caso da filha dele e **podia** dizer-lhe o que **houvera/tinha havido**

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

13. Luiz Felipe é o irmão mais velho de Da Rocha e a diferença entre as idades deles é de três anos. Após três anos do nascimento de Da Rocha, nasceu o terceiro e assim foi acontecendo até se formar uma família com cinco irmãos. Sabendo-se que, hoje, a idade do irmão mais novo é a metade da idade de Luiz Felipe, é correto afirmar que, hoje, Luiz Felipe está com idade igual a

- a) 18 anos.
- b) 20 anos.
- c) 22 anos.
- d) 24 anos.
- e) 26 anos.

14. Afirma-se que: “Todo estudioso passa em concurso”. É correto concluir que

- a) se uma pessoa passa em concurso, então é estudiosa.
- b) se uma pessoa não é estudiosa, então não passa em concurso.
- c) se uma pessoa não passa em concurso, então não é estudiosa.
- d) existe uma pessoa estudiosa que não passa em concurso.
- e) não existe pessoa que passa em concurso e não seja estudiosa.

15. Para construir um muro, três pedreiros gastam oito horas. Trabalhando em um ritmo 20% mais lento, a quantidade de horas que cinco pedreiros, de mesma capacidade de trabalho que os três anteriores, levarão para construir esse mesmo muro é igual a

- a) 4.
- b) 6.
- c) 5.
- d) 8.
- e) 7.

16. Considere verdadeiras as premissas a seguir:

- Se Bilynskij é delegado, então Sílvia não é estudante.
- Se Sílvia não é estudante, então Ana é secretária.
- Ou Ana não é secretária, ou Marina é médica.
- Marina não é médica.

Logo, pode-se concluir que:

- a) Bilynskij é delegado ou Ana é secretária.

- b) Sílvia é estudante e Bilynskij é delegado.
- c) Ana não é secretária e Sílvia não é estudante.
- d) Bilynskij é delegado ou Ana não é secretária.
- e) Sílvia não é estudante e Bilynskij é delegado.

17. O produto de dois números naturais, x e y , é igual a 855. Se x é um número primo maior que 5, então a diferença $y-x$ é igual a

- a) 32
- b) 34
- c) 36
- d) 38
- e) 40

18. Algum professor do Estratégia comeu o almoço do professor Ricardo Vale. Há cinco suspeitos: Dudu, Sanchez, Rosental, Da Rocha e Heber. Durante a investigação feita pelo Delegado Paulo Bilynskij, suas alegações foram as seguintes:

- Dudu: Eu comi o almoço do Ricardo Vale.
- Sanchez: Dudu não está dizendo a verdade.
- Rosental: Dudu está dizendo a verdade.
- Da Rocha: Eu sou feio, mas não comi o almoço do Ricardo Vale.
- Heber: Sanchez está mentindo.

Sabendo que apenas um dos professores mentiu, é correto afirmar que:

- a) Dudu é o mentiroso.
- b) Sanchez comeu o almoço do Ricardo Vale.
- c) Dudu comeu o almoço do Ricardo Vale.
- d) Rosental é o mentiroso.
- e) Da Rocha comeu o almoço do Ricardo Vale.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. Fábio Dutra exerce atividades de alimentação de estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares em instituições públicas. De acordo com a norma de regência, Fábio é:

- a) acompanhante, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- b) atendente pessoal, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- c) profissional de apoio escolar, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

d) agente de integração, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

e) facilitador de inclusão social, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

20. Heber Carvalho e Ricardo Vale, antes de ingressarem no mundo dos concursos, empreendem no segmento de hotéis. O Hotel Coruja Azul, edificado em 2008, precisou, com a vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, adequar-se às regras de acessibilidade previstas. Entre elas, consta a exigência de disponibilização de dormitórios acessíveis. Considerando que o hotel consta com 200 quartos, é obrigatório disponibilizar:

a) 4 dormitórios acessíveis.

b) 10 dormitórios acessíveis.

c) 20 dormitórios acessíveis.

d) 40 dormitórios acessíveis.

e) todas unidades térreas acessíveis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Em relação à organização administrativa do Estado, assinale a alternativa correta:

a) Agência executiva consiste na qualificação atribuída a autarquias e organizações sociais que celebrarem contrato de gestão com a administração direta pactuando metas de desempenho.

b) As fundações públicas instituídas por entes federativos pertencerão à Administração Pública desde que dotadas de personalidade jurídica de direito público.

c) Autarquias são entidades da Administração Pública criadas por lei específica para realização de atividades típicas do Estado de forma centralizada como extensão do órgão que a criou.

d) O Tribunal de Justiça de Santa Catarina é órgão público da administração direta estadual.

e) Opera-se a descentralização por serviços nas situações em que se observa a delegação da prestação de serviços públicos a particulares.

22. O trecho inicial do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal autoriza, nos casos previstos na legislação, a contratação sem prévia realização de procedimento licitatório. À luz dos preceitos contidos nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/1993 sobre a contratação direta, é correto afirmar que será inexigível a licitação:

a) em caso de guerra ou de grave perturbação da ordem.

b) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas todas as condições preestabelecidas.

c) para alienação de imóveis oriundos de dação em pagamento.

d) para contratação de artista consagrado pela crítica ou pela opinião pública.

e) para aquisição de peças necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

23. Tomando por base as disposições da Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir:

a) leilão é modalidade indicada para a venda de bens comuns.

b) a utilização da tomada de preços deve ser precedida de ampla publicidade, com vistas a permitir a participação de quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

c) convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, devendo o respectivo aviso de licitação ser publicado no diário oficial com o prazo de antecedência mínima de cinco dias úteis.

d) concurso é a modalidade licitatória indicada para a alienação de bens móveis inservíveis ou que tenham sido legalmente apreendidos ou penhorados.

e) concorrência é modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

24. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A presunção de legitimidade é elemento do ato ligado à veracidade dos fatos alegados pela Administração que ensejaram sua prática.
- b) O atributo da imperatividade, presente em todo ato administrativo, consiste na imposição dos efeitos do ato aos administrados de forma unilateral.
- c) Em decorrência do atributo da tipicidade, o ato inválido produzirá efeitos da mesma forma que o válido, devendo ser cumprido, enquanto não decretada sua invalidade.
- d) A autoexecutoriedade prevê que a finalidade de todo ato administrativo seja a consecução do interesse público, sendo que o respectivo desvio dá azo à sua nulidade.
- e) A tipicidade afasta a possibilidade da prática de ato totalmente discricionário, pugnando que o ato deve corresponder a figuras previamente tipificadas em lei.

25. Em relação à polícia administrativa, é correto afirmar que:

- a) a ordem de polícia diz respeito à etapa em que a Administração aprova a prática de determinadas atividades privadas, a exemplo da expedição de licenças e autorizações.
- b) a coercibilidade, que consiste na desnecessidade de submeter ao Poder Judiciário os atos de polícia previamente à sua execução, estará presente nos casos de urgência ou diante da existência de previsão legal.
- c) considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito ou liberdade individual, regula a prática de ato ou sua abstenção, buscando harmonizar o convívio em sociedade.
- d) considera-se inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, em razão da possibilidade de impor sanções administrativamente.
- e) a aplicação de sanções a servidores públicos infratores é manifestação da polícia administrativa repressiva.

26. Nos termos previstos na Lei 8.429/1992, trata-se de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- a) frustrar a licitude de procedimento licitatório.

b) praticar ato visando fim permitido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.

c) concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

d) facilitar a aquisição de bem por preço superior ao de mercado.

e) negar publicidade a atos oficiais.

27. À luz do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa que não contém requisito básico do estágio probatório:

a) idoneidade moral.

b) assiduidade e pontualidade.

c) disciplina.

d) produtividade.

e) eficiência.

28. Não é circunstância que caracteriza a responsabilidade civil do servidor público, nos termos Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina:

a) sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade.

b) avarias ou qualquer outro prejuízo que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame ou fiscalização.

c) não prestação de contas na forma e no prazo estabelecido nas leis e regulamentos administrativos.

d) erro de cálculo ou redução em favor da Fazenda Estadual.

e) inexatidão das necessárias averbações nas notas de despacho e outros documentos da receita.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Celismar é casado com Celina. Com a ajuda do filho, Celiméu, decidiram investir todas as suas economias em uma pequena propriedade rural e em equipamentos para a implantação de um vinhedo. Nas primeiras semanas que se seguiram ao início da produção das uvas, uma sequência de fortes tempestades destruiu toda a plantação, causando inúmeros prejuízos aos produtores, que não puderam arcar com os débitos decorrentes dos gastos empreendidos e acabaram, finalmente, sendo processados pelos credores. É possível afirmar que a pequena propriedade:

- a) Poderá ser penhorada, uma vez que a família desenvolvia atividade lucrativa, não se destinando o cultivo das uvas à mera subsistência familiar.
- b) Não pode ser penhorada, uma vez que é trabalhada pela família e os débitos são decorrentes da própria atividade produtiva.
- c) Poderá ser penhorada, caso a família possua outros bens.
- d) Não poderá ser penhorada, já que o manejo da terra atendia à sua função social.
- e) Não pode ser penhorada, uma vez que o direito de propriedade, no caso, apenas poderia sofrer restrições caso se tratasse de cultivo ilegal.

30. Durante procedimento disciplinar em curso perante o TJ-SC, visando apurar o acobertamento, por parte de um juiz titular de determinada vara, de infração cometida pelo juiz substituto que atua na mesma unidade jurisdicional, o Tribunal, mediante manifestação de um terço de seus membros, resolve pela aplicação da penalidade de remoção de ofício aos dois magistrados. O CNJ, então, decide avocar o processo, alegando haver inconstitucionalidade no procedimento adotado, bem como dar seguimento à apuração das infrações, determinando a interceptação das conversas telefônicas entre os juízes supostamente infratores. Considerando a situação exposta, consoante o que determina a CF/88, pode-se concluir que:

- a) O CNJ não poderia ter avocado o processo disciplinar, já que se trata de competência correicional exclusiva do Tribunal, mas poderia revê-lo um ano após ter sido julgado, dispondo de poder para determinar, enquanto órgão de cúpula do Poder Judiciário, a interceptação das comunicações, se necessário.
- b) Agiu bem o CNJ ao avocar o processo disciplinar, uma vez que a penalidade imposta excede a competência do Tribunal para a aplicação de sanções, podendo, no máximo, determinar a disponibilidade dos magistrados.

c) Agiu bem o CNJ ao avocar o processo disciplinar, uma vez que a aplicação da penalidade mencionada exige aprovação da maioria absoluta do respectivo Tribunal. No entanto, a determinação da interceptação telefônica é medida que depende do consentimento, também por maioria absoluta, dos membros do Conselho.

d) Agiu bem o CNJ ao avocar o processo disciplinar, uma vez que a penalidade imposta é excessiva, mas o julgamento deveria ter sido anulado e devolvido para reapreciação do Tribunal, a fim de que nova decisão pudesse ter sido proferida.

e) Agiu bem o CNJ ao avocar o processo disciplinar, uma vez que a aplicação da penalidade mencionada exige aprovação da maioria absoluta do respectivo Tribunal. No entanto, enquanto órgão administrativo, o Conselho não poderia ter determinado a interceptação das comunicações telefônicas dos envolvidos.

31. Suponha que duas ações de habeas corpus tenham sido distribuídas perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. A primeira foi impetrada por uma clínica de reabilitação, em favor de um de seus pacientes que havia sido internado à força, em cumprimento a medida de segurança determinada pelo governador. Na segunda ação, o prefeito de um município do respectivo Estado figura como paciente, mas a ordem foi denegada pelo Tribunal. Analisando-se as duas situações apresentadas, de acordo com o que determina a Constituição Federal, pode-se inferir corretamente que:

- a) A primeira ação deveria ter sido distribuída diretamente no STJ, por expressa previsão constitucional. Já a decisão do Tribunal, no segundo caso, poderá ser contestada por meio de recurso ordinário, dirigido ao STJ.
- b) A primeira ação sequer deveria ter sido ajuizada, já que a clínica não possui legitimidade para figurar no polo ativo em ação de habeas corpus. Já em relação ao prefeito, a competência para o julgamento da ação pertence ao STJ, e não ao Tribunal de Justiça.
- c) Não há qualquer irregularidade no tocante ao ajuizamento das duas ações, mas caberia recurso ao STJ, no segundo caso, independentemente de ter sido a ordem denegada ou não.
- d) Nos dois casos, em caso de decisão denegatória, caberá recurso especial ao STJ.
- e) O julgamento da primeira ação cabe ao juiz estadual, uma vez que ao STJ compete, unicamente, o julgamento de habeas corpus em que o governador figure como paciente, e não como coator.

32. Determinada lei estadual dispôs acerca do exercício privativo, por profissionais com curso superior na área, da atividade de nutricionista, com a justificativa de que sua prática pressupõe o domínio de conhecimentos técnicos e específicos a ela relacionados. Considerando o que determina nossa atual Constituição, bem como o entendimento firmado pelo STF, a referida lei poderia ter sua constitucionalidade contestada perante:

- a) O Superior Tribunal de Justiça, que detém competência para o julgamento de conflitos envolvendo atos e leis estaduais e a Constituição Federal.
- b) O Supremo Tribunal Federal, já que a lei ofende não só a competência constitucionalmente atribuída à União, em caráter privativo, para legislar sobre o tema, como também cria restrição a norma de eficácia plena, qual seja a que estabelece a liberdade profissional.
- c) O Supremo Tribunal Federal, já que a lei ofende competência constitucionalmente atribuída à União, em caráter privativo, para legislar sobre o tema, embora não haja impedimento para que sejam impostas as mencionadas restrições ao exercício da profissão, desde que presentes o interesse público e o potencial lesivo na atividade.
- d) O Tribunal de Justiça respectivo, já que os Estados podem legislar sobre o exercício de profissões, em questões específicas, mas não podem estabelecer restrições desarrazoadas a quaisquer atividades.
- e) O Tribunal de Justiça respectivo, que possui competência para julgar a inconstitucionalidade de lei estadual, contestada em face da Constituição Federal.

33. A Advocacia Pública estadual é composta pelos respectivos Procuradores, que, conforme preleciona a CF/88:

- a) Não são vitalícios, mas adquirem estabilidade após 2 anos de efetivo exercício.
- b) Poderão ser livremente escolhidos pelo governador, após aprovação da respectiva Assembleia Legislativa, para chefiar a instituição.
- c) Exercem a função de representação judicial do Poder Executivo com exclusividade.
- d) Possuem prerrogativa de foro perante o Tribunal de Justiça de seu Estado.
- e) Estão proibidos de exercer a atividade de consultoria jurídica da respectiva unidade federada.

34. Dois Estados da Federação decidiram se unir, dando origem a um novo ente regional. Assim, após a anuência dos dois governadores estaduais, foi enviado o projeto de fusão para o Congresso Nacional, que o aprovou sob a forma de lei ordinária

federal. Considerando a situação hipotética exposta, a alteração territorial concretizou-se:

- a) À revelia da Constituição Federal, que exige, além da autorização da população envolvida por meio de plebiscito, a prévia oitiva das respectivas Assembleias Legislativas e a aprovação do Congresso Nacional, por meio de Lei Complementar.
- b) À revelia da Constituição Federal, que exige, além da autorização das populações envolvidas por meio de plebiscito, a aprovação da Assembleia Legislativa, mediante Lei Complementar.
- c) Em estrita observância aos mandamentos constitucionais, já que a decisão acerca da subdivisão, a fusão e a incorporação de Estados competem privativamente ao Congresso Nacional, por envolver questões relacionadas ao Pacto Federativo.
- d) Em desrespeito ao que determina a Constituição Federal, que exige, além da aprovação das respectivas Assembleias Legislativas, a edição de Lei Ordinária Federal.
- e) Sem que se possa cogitar de afronta à Constituição Federal, uma vez que não há impedimento à aprovação de lei ordinária pelo quórum exigido para Leis Complementares, já que quem pode o mais, pode o menos.

35. Apolônio, servidor que exerce cargo exclusivamente em comissão no Poder Judiciário estadual, atualmente conta com 74 anos de idade e pretende se candidatar ao cargo de governador em seu Estado. Conforme as regras estabelecidas na Constituição Federal, é correto afirmar que Apolônio:

- a) Poderá se candidatar ao cargo pretendido e, caso venha a ser eleito, não haverá qualquer restrição ao exercício concomitante das duas funções, uma vez que não se trata de servidor efetivo.
- b) Não poderá exercer o mandato eletivo, caso venha a ser eleito, pois terá atingido a idade prevista para a aposentadoria compulsória, podendo, no entanto, permanecer no cargo atual sem qualquer limitação de ordem temporal.
- c) Poderá se candidatar ao cargo pretendido e, caso venha a ser eleito, permanecerá vinculado ao Regime Próprio de Previdência.
- d) Poderá se candidatar ao cargo pretendido, mas deverá afastar-se daquele que atualmente ocupa, fazendo jus à remuneração correspondente à do mandato eletivo, obrigatoriamente.
- e) Caso venha a ser eleito, poderá exercer os dois cargos, simultaneamente, desde que haja compatibilidade de horários, devendo optar pela remuneração mais vantajosa e vincular-se ao Regime Geral de Previdência.

36. Zenaldo exerce o cargo de assistente administrativo em uma autarquia do Poder Executivo estadual. Ao tomar conhecimento de diversas irregularidades ocorridas durante processo licitatório e a consequente celebração de contrato para a compra de diversos computadores para uso da entidade, ele imediatamente se dirige ao Tribunal de Contas Estadual. Após o recebimento da denúncia e a constatação da veracidade das informações prestadas por Zenaldo, a Corte de Contas decide sustar o contrato firmado. À luz das disposições constitucionais acerca do controle exercido pela instituição, é possível concluir que:

- a) Zenaldo não poderia, na qualidade de cidadão, ter formulado denúncia perante o Tribunal de Contas, devendo, nesse caso, ter acionado o Ministério Público.
- b) O Tribunal de Contas, enquanto órgão de assessoramento no âmbito do Poder Legislativo, não tem poder para sustar contratos ou aplicar quaisquer sanções, tendo sua atuação restrita à emissão de pareceres técnicos e meramente opinativos.
- c) O Tribunal, enquanto órgão com atribuições eminentemente administrativas, jamais poderia ter determinado a sustação do contrato, devendo tê-lo submetido à apreciação judicial. Apesar disso, poderia ter aplicado a sanção de multa, que possuiria eficácia de título executivo extrajudicial.
- d) O Tribunal não poderia ter sustado o contrato, já que tal competência pertence à própria Corregedoria-Geral do Estado, no âmbito do controle interno do Poder Executivo.
- e) Zenaldo possui legitimidade para denunciar irregularidades perante a Corte de Contas que, no entanto, deveria ter comunicado o fato à Assembleia Legislativa para, somente em caso de inércia desta, decidir a respeito.

DIREITO CIVIL

37. Com relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.
- b) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- c) A lei posterior não revoga a anterior quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

e) Salvo disposição em contrário, a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.

38. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- c) os menores de 16 (dezesseis) anos.
- d) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- e) os pródigos.

39. Com relação às diferentes classes de bens, é correto afirmar:

- a) São fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- b) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.
- c) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- d) São produtos os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- e) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

40. Com relação ao adimplemento das obrigações, é correto afirmar:

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, sub-roga-se nos direitos do credor.
- b) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- c) Se se der em pagamento coisa fungível, não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, salvo se o solvente não tivesse o direito de aliená-la.
- d) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é inválido.
- e) Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que em benefício dele efetivamente reverteu.

41. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. De acordo com o Código Civil, com relação à evicção, é correto afirmar:

- a) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- b) Havendo evicção parcial considerável, caberá somente direito à indenização não podendo o evicto optar pela rescisão do contrato.
- c) O adquirente pode demandar pela evicção, ainda quando sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- d) Salvo estipulação em contrário, não tem direito o evicto à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.

42. A indenização mede-se pela extensão do dano, respondendo por ela o seu autor:

- a) contudo, se for incapaz, a indenização deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.
- b) e o valor não poderá ser reduzido, mesmo que a culpa do autor seja leve.
- c) e não tendo influência na indenização a conduta da vítima, se esta agiu culposamente.
- d) de modo que o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- e) e, os empresários individuais e as empresas respondem, desde que comprovada a culpa, pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

43. A Constituição Federal e o Código de Processo Civil preveem o Princípio da Motivação das Decisões Judiciais. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os julgamentos dos órgãos do Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de anulabilidade.
- b) A falta de fundamentação de um despacho permite a interposição de recurso.
- c) A fundamentação da sentença é um dos seus elementos essenciais e deverá apresentar a análise do juiz sobre as questões de fato e de direito.
- d) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, ainda que explique sua relação com a causa ou a questão decidida.

e) Uma decisão judicial não pode apresentar conceitos jurídicos indeterminados.

44. Para garantir a boa condução processual, o juiz goza de poderes, deveres e responsabilidades. Assinale a alternativa correta:

- a) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil e deverá assegurar às partes igualdade de tratamento, velar pela duração razoável do processo e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias.
- b) O juiz poderá determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, exceto nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- c) O juiz poderá eximir-se de decidir quando a lei apresentar lacunas.
- d) O Código de Processo Civil permite que o juiz decida por equidade sempre que este modo se mostrar mais adequado ao caso concreto.
- e) Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz preferirá decisão que impeça os objetivos das partes, aplicando, desde que a requerimento do Ministério Público, as penalidades da litigância de má-fé.

45. A petição inicial é o ato que dá início ao processo e define os contornos subjetivo (partes) e objetivo (causa de pedir e pedido) da lide, dos quais o juiz não poderá se desvincular. São requisitos da petição inicial, exceto:

- a) o juízo a que é dirigida.
- b) os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu.
- c) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- d) o pedido com as suas especificações.
- e) o requerimento para a citação do réu.

46. A audiência de instrução e julgamento é considerada um ato processual complexo em razão dos inúmeros atos que são praticados. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) Não será feita nova tentativa de conciliação entre as partes se for verificado o emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, em observância à celeridade e economia processual.
- b) O juiz, ao exercer o poder de polícia, poderá ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente e, quando necessário, poderá requisitar força policial.
- c) O juiz precisa registrar em ata, com exatidão, apenas os requerimentos deferidos em audiência.
- d) As provas orais serão produzidas em audiência, mas o Código de Processo Civil não estabelece uma ordem para tal, cabendo ao juiz ordená-las conforme seu convencimento.
- e) A audiência de instrução e julgamento, por envolver uma grande quantidade de atos, não poderá ser adiada em hipótese alguma pois representaria grande prejuízo.

47. A execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial forma um novo processo autônomo, ao contrário do cumprimento de sentença que inaugura uma nova fase processual. Sobre os títulos executivos extrajudiciais e sua execução:

- a) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: a sentença penal condenatória transitada em julgado, a sentença arbitral e a sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo STJ.
- b) os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para que sejam executados.
- c) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: o crédito de contribuições condominiais ordinárias e extraordinárias, assim como a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados.
- d) ao propor a execução do título executivo extrajudicial, o exequente deverá instruir a petição inicial com o título, o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação, sendo presumida a prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo.
- e) Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de 20%, a serem pagos pelo

executado. Este percentual será reduzido pela metade caso o executado efetue o pagamento integral no prazo de 3 dias.

48. A Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95) surgiu como concretização do art. 98, inciso I da Constituição Federal que prevê que a União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo. Sobre as partes, é correto afirmar:

- a) A Lei nº 9.099/95 não impõe qualquer restrição, de modo que todos poderão ser partes em processo que trâmite nos Juizados Especiais Cíveis ou Criminais.
- b) Nas causas de valor até quarenta salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- c) Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, a outra parte será representada obrigatoriamente por advogado para garantir a paridade de tratamento.
- d) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.
- e) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, mas será admitida a assistência e a formação de litisconsórcio.

DIREITO PENAL

49. Analise as assertivas a seguir:

- I – A lei penal que de qualquer modo beneficiar o agente terá aplicação retroativa, ainda que já tenha havido o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- II – A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- III – A lei penal mais grave se aplica ao crime continuado ou permanente se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou permanência.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

50. José, brasileiro, pratica um crime de lesão corporal grave contra Pedro, também brasileiro, a bordo de uma embarcação privada, de bandeira brasileira, quando esta se encontrava navegando em alto-mar.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Aplica-se a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade
- b) Aplica-se a lei penal brasileira, pelo princípio da personalidade ativa
- c) Aplica-se a lei penal brasileira, pelo princípio da personalidade passiva
- d) Aplica-se a lei penal brasileira, pelo princípio do pavilhão
- e) Não se aplica a lei penal brasileira

51. A culpabilidade é o terceiro elemento do conceito analítico de crime, sendo considerada o juízo de reprovação que recai sobre o agente em relação ao fato típico e ilícito praticado. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO apresenta uma causa de exclusão da culpabilidade:

- a) embriaguez acidental completa
- b) erro de proibição inevitável
- c) doença mental, quando o agente não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato
- d) menoridade penal
- e) coação moral irresistível

52. Se o agente, por ato voluntário, reparar o dano ou restituir a coisa antes do recebimento da denúncia ou queixa haverá:

- a) arrependimento eficaz, respondendo o agente apenas pelos atos já praticados
- b) arrependimento posterior, que é causa de diminuição de pena de um a dois terços, desde que se trate de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa
- c) arrependimento posterior, que é causa de diminuição de pena de um a dois terços, ainda que se trate de crime com violência ou grave ameaça à pessoa
- d) arrependimento eficaz, que é causa de diminuição de pena de um a dois terços
- e) arrependimento eficaz, que é causa de diminuição de pena de um a dois terços, desde que se trate de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa

53. José, técnico judiciário do TJSC, se apropriou de um relógio que fora apreendido em diligência de busca e apreensão, e que estava na posse do servidor em razão do cargo. Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) praticou crime de peculato-apropriação
- b) praticou crime de peculato-furto
- c) praticou crime de furto simples, por se tratar de bem móvel particular
- d) praticou crime de corrupção passiva
- e) praticou crime de peculato-desvio

54. José, valendo-se de sua qualidade de servidor público, patrocinou interesse privado legítimo perante a administração pública. Nesse caso, José:

- a) não praticou crime, por se tratar de interesse legítimo
- b) praticou crime de condescendência criminosa
- c) praticou crime de corrupção passiva privilegiada
- d) praticou crime de advocacia administrativa
- e) praticou crime de prevaricação

DIREITO PROCESSUAL PENAL

55. No dia 10.08.2019, Juliana foi vítima de um crime de ação penal pública condicionada à representação, tendo descoberto, em 15.12.2019, que o autor do crime fora Ricardo.

Nesse caso, é correto afirmar que Juliana poderá exercer seu direito de representação:

- a) no prazo de 06 meses, a contar de 10.08.2019, sendo retratável até o recebimento da denúncia
- b) no prazo de 06 meses, a contar de 15.12.2019, sendo irretratável
- c) no prazo de 06 meses, a contar de 15.12.2019, sendo retratável até o recebimento da denúncia
- d) no prazo de 06 meses, a contar de 10.08.2019, sendo retratável até o oferecimento da denúncia
- e) no prazo de 06 meses, a contar de 15.12.2019, sendo retratável até o oferecimento da denúncia

56. Maria foi vítima de um crime de ação penal pública condicionada à representação, em tese praticado por José. O MP ofereceu denúncia em desfavor de José, pela prática do referido crime, tendo Maria falecido no curso do processo, sem ter requerido sua habilitação como assistente de acusação. Maria deixou uma avó, de nome Josefina, e uma filha, de nome Eduarda.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Tanto a filha quanto a avó poderão requerer sua habilitação como assistente de acusação, no prazo de 06 meses a contar do óbito de Maria
- b) Tanto a filha quanto a avó poderão requerer sua habilitação como assistente de acusação, a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado
- c) Somente a filha é parte legítima para requerer sua habilitação como assistente de acusação, a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado
- d) Somente a filha é parte legítima para requerer sua habilitação como assistente de acusação, no prazo de 06 meses a contar do óbito de Maria
- e) Nem a filha nem a avó poderão se habilitar como assistente de acusação

57. José, mediante grave ameaça, subtraiu para si o celular de Maria. Perseguido imediatamente por policiais militares, José foi preso alguns minutos depois, tendo sido recuperada a coisa subtraída. Conduzido à delegacia, foi lavrado auto de prisão em flagrante delito em desfavor de José, pela prática do crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Houve flagrante ficto ou presumido
- b) A própria autoridade policial poderá arbitrar fiança
- c) A audiência de custódia deverá ser realizada no prazo de 24h, com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público
- d) Caso o Juiz verifique que houve alguma ilegalidade na prisão em flagrante, deverá conceder liberdade provisória
- e) Caso o Juiz verifique que a prisão em flagrante foi legal, mas não estando presentes os requisitos da prisão preventiva, deverá relaxar a prisão

58. No que tange à prisão preventiva, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Juiz não poderá decretar a prisão *preventiva ex officio*
- b) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- c) Não é cabível a decretação da prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa
- d) Para a decretação da prisão preventiva há necessidade de indicação do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- e) A prisão preventiva é cabível, dentre outros casos, na hipótese de crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos

59. No que tange aos recursos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Ministério Público não poderá desistir do recurso que haja interposto.
- b) Caberá recurso em sentido estrito para impugnar a decisão de recebimento da denúncia ou queixa
- c) Caberá recurso em sentido estrito para impugnar a decisão de absolvição sumária
- d) A parte nunca será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- e) Caberá recurso em sentido estrito para impugnar a decisão de impronúncia.

60. José foi denunciado pelo Ministério público pela prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). No curso do processo, a defesa de José requereu o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição. O Juízo, contudo, rejeitou o pedido.

Caso pretenda impugnar a decisão, a defesa de José deverá manejar:

- a) habeas corpus
- b) apelação, no prazo de 05 dias
- c) apelação, no prazo de 08 dias
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, com possibilidade de haver retratação pelo Juízo *a quo*
- e) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, sem possibilidade de haver retratação pelo Juízo *a quo*

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-29-02-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Concursos



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE